Cultura e Democracia

Ciclo de Conversas Digitais

QUE MUNDO QUEREMOS DEPOIS DA PANDEMIA?

6 – A água, um recurso a proteger - Os rios Paiva e Arda

8 de maio de 2021 | **21:15**

Memória

SUMÁRIO

Intervieram nesta conversa digital a Professora *Edna Cabecinha*, da UTAD, *Rafael Soares*, do Clube do Paiva, empresa de animação turística, *Sérgio Caetano*, da Associação ambiental S.O.S Paiva e *António Óscar Brandão*, da Associação ambiental Urtiarda.

A sessão foi moderada pela Inducar – parceira do Círculo na organização do evento – através de *Gustavo Briz* e *Paulo Costa*.

A sessão iniciou com a apresentação do **projeto ALICE**, pela professora Edna Cabecinha.

Este projeto, financiado pelo Espaço Atlântico, com uma duração de três anos, implicou universidades, centros de investigação, ONGs e pequenas e médias empresas e envolveu as comunidade de regiões de 5 países na abordagem ecossistémica, rumo a paisagens atlânticas sustentáveis. **Em Portugal, o projeto incidiu sobre a bacia do Paiva.**

Os objetivos foram de diversas ordens: desenvolver novos métodos e ferramentas que pudessem ajudar na gestão da paisagem; investir em soluções baseadas na natureza – (SbN) para potenciar os serviços de ecossistemas e a conservação da biodiversidade; perceber os principais obstáculos económicos e sociais para este tipo de estruturas; fornecer algum apoio científico e socioeconómico para uma implementação mais efetiva das SbN e para uma política mais sustentável.

Este projeto permitiu levantar os principais problemas que afetam as regiões visadas, desde a maior procura de recursos energéticos e produção massiva de resíduos devido ao aumento exponencial da população, até à questão dos fogos e das alterações climáticas.

As soluções propostas baseiam-se na utilização da própria natureza, as SbN, um "conceito emergente que abrange uma gama de abordagens que utilizam processos, funções e serviços dos ecossistemas para enfrentar os desafios da sociedade de forma sustentável e adaptativa, proporcionando simultaneamente benefícios para a saúde e o bem-estar humano e a conservação da biodiversidade." (Prof. Edna).

A partir da comunicação da prof. Edna e da intervenção dos outros três intervenientes, bem como do debate com o público que se seguiu, foram identificados os principais problemas e propostas soluções.

Os problemas que afetam os rios Paiva e Arda estão identificados e ligados à forte pressão populacional em certas zonas, à falta de ordenamento da floresta e de biodiversidade, à poluição devida, sobretudo à falta de tratamento conveniente dos efluentes e às alterações climáticas.

Solucioná-los revela-se difícil. No que diz respeito à floresta, e isto é valido para todo o território nacional, o facto de ela ser privada na sua quase totalidade e dividida em pequenas parcelas dispersas dificulta a intervenção direta do Estado, tanto ao nível central como municipal. Esta questão é agravada pela multiplicidade de entidades públicas implicadas na gestão da floresta, pela falta de articulação entre elas e pelo excesso de burocracia, bem como pela falta de sensibilização do público para este assunto.

Os estudos saídos do Projeto Alice podiam ser aproveitados para criar modelos de articulação que permitissem aplicar o dinheiro vindo dos fundos europeus, incentivar a reflexão e promover exemplos de aplicação de cogestão tal como já acontece em certas áreas protegidas.

Importante ainda é reforçar / restabelecer a ligação Homem-rio, através de ações de sensibilização do público, particularmente dos jovens, através das atividades de lazer / turísticas ligadas ao rio e de ações em parceria com as escolas.

Enfim, na medida em que cada um de nós usufrui dos serviços prestados pela floresta e pelos rios, seria importante considerar de que maneira estes serviços podiam ser pagos a quem tratasse convenientemente deles. A consequência seria uma economia mais sustentável e a possibilidade de fixar a população na região.

RESUMO DA SESSÃO

I - APRESENTAÇÃO DO PROJETO ALICE PELA PROFESSORA EDNA CABECINHA

Este projeto com uma duração de três anos envolveu as comunidades na abordagem ecossistémica, rumo a paisagens atlânticas sustentáveis.

Foi financiado pelo Espaço Atlântico[1] e implicou universidades, centros de investigação, ONGs e pequenas e médias empresas.

Apresentou 4 fases de estudo envolvendo regiões de 5 países: França, Irlanda/ UK, Espanha e Portugal, com a bacia do rio Paiva.

Principais objetivos:

- desenvolver novos métodos e ferramentas que pudessem ajudar na gestão da paisagem;
- investir em soluções baseadas na natureza – (SbN) para potenciar os serviços de ecossistemas e a conservação da biodiversidade;
- perceber os principais obstáculos económicos e sociais para este tipo de estruturas;
- fornecer algum apoio científico e socioeconómico para uma implementação mais efetiva das SbN e para uma política mais sustentável.

Problemas levantados:

Forte aumento da pressão antropogénica no ambiente sobre os ecossistemas:

- o aumento exponencial da população acarreta uma maior procura de recursos energéticos, de alimentação (produções agrícolas e pecuárias intensivas), o que tem consequências graves ao nível da deflorestação, de alterações drásticas do uso do solo afetando muitos ecossistemas;
- a produção massiva de resíduos;
- a questão dos fogos;
- as alterações climáticas (o ano 2020 foi o ano mais quente do que há memória).

[1] O Programa de Cooperação INTERREG V-B Espaço Atlântico, foi aprovado pela Comissão Europeia a 17 de novembro de 2015, com um montante FEDER de 140 milhões de euros. O Espaço Atlântico tem como objetivo principal promover a cooperação transnacional entre 37 regiões atlânticas de 5 países europeus através do financiamento de projetos de cooperação nos campos da inovação e competitividade, da eficiência de recursos, do reforço da resiliência do território aos riscos naturais, climáticos e humanos, da biodiversidade e do património natural e cultural. https://www.adcoesao.pt/content/espaco-atlantico

Soluções propostas:

O projeto ALICE propõe-se colmatar alguns destes problemas ambientais através da utilização da própria natureza, as SbN.

"Soluções baseadas na Natureza (SbN): é um conceito emergente que abrange uma gama de abordagens que utilizam processos, funções e serviços dos ecossistemas para enfrentar os desafios da sociedade de forma sustentável e adaptativa, proporcionando simultaneamente benefícios para a saúde e o bem-estar humano e a conservação da biodiversidade."[2]

Assim, ALICE pretende potenciar através das SbN ecossistemas e a biodiversidade, determinando os focos dos principais problemas societais que existem na bacia do rio Paiva, desde a segurança das águas, às questões climáticas, ao risco de erosão do solo, aos fogos etc.

Desenvolvimentos do projeto:

Sendo esta problemática centrada na participação pública, foram selecionados os s*takeholders* em vários níveis:

- quem faz as políticas nesta matéria;
- os reguladores;
- quem está na gestão destas áreas, como o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza) e a APA (Agência Portuguesa do ambiente);
- algumas ONGs;
- representantes das atividades económicas da região – produção de madeira, parte recreativa…

Durante os 3 anos do projeto, tiveram lugar os workshops seguintes:

WS1 - Identificação dos principais problemas da bacia do rio Paiva.

WS2 - Identificação de soluções

WS3 - Definição de eventuais cenários futuros para a bacia do rio Paiva, tentando chegar a um consenso sobre qual seria a estratégia verde para esta bacia.

[2] Definição constante do ppoint da professora Edna

Destes Workshops ressaltaram as áreas a tratar em prioridade: a gestão da água, a gestão da floresta e o risco de fogo, a preservação das três zonas de conservação, a serra de Montemuro, a serra da Freita e a serra da Arada, tentando ter em conta algumas espécies prioritárias.

A partir da comunicação da prof. Edna e da intervenção dos outros três intervenientes, Clube do Paiva, o S.O.S Paiva, para o Paiva e a Urtiarda, bem como do debate que se seguiu, foram identificados os principais problemas e propostas soluções.

II - PROBLEMAS IDENTIFICADOS PARA A BACIA DO RIO PAIVA E APLICÁVEIS TAMBÉM, NA SUA MAIORIA, AO RIO ARDA

II.1. Gestão da água

Ao nível da **quantidade de água**, o risco de cheia tem vindo a aumentar nos últimos anos o que pode causar prejuízos económicos avultados. No entanto, as grandes cheias são ainda pouco recorrentes, de 50 em 50 anos (1860, 1916, 1968,2019 segundo o Clube do Paiva). Porém, o risco de cheias graves pode ser acentuado pela construção de infraestruturas em leito de cheias normais.

Ainda é mais problemática a constatação atual que, no planalto onde nasce o Paiva, o rio se encontra **seco no verão** (cf. observação em setembro. 2019), uma vez que existem muitos pequenos açudes que retêm as águas e não respeitam o caudal do rio, causando a morte dos peixes. Este facto tem como consequência uma **pior qualidade da água**, associada à poluição originada pela **falta de saneamento** nesta região agrícola que, apesar da baixa densidade populacional, acaba por potenciar este problema.

Outra questão até agora não resolvida e que prejudica ainda mais este rio é o **mau funcionamento da ETAR de Castro Daire**, completamente obsoleta e que não reúne as condições de eficiência de tratamento. A nova ETAR, concluída há cerca de dois anos seria a solução ao problema, mas não funciona por falta certificação das instalações elétricas associadas.

Outro problema recorrente: a **presença de salmonelas nas praias fluviais**, acentuada pela falta de água. Até agora, apesar dos esforços da Câmara de Arouca (análises regulares da água), não se conseguiu determinar a sua origem, se animal ou humana. No entanto, desde 2017 não é detetado nenhum caso de infeção por salmonela no vale do Paiva.

Assim, ao contrário do que se passa geralmente com a maioria dos rios, **os principais problemas do Paiva encontram-se na sua nascente.** Mais a jusante, o rio está em bom estado de conservação.

Existe ainda um outro fator de poluição: a **exploração mineral das pedreiras** (Castro Daire, Mós, Canelas)

Quanto ao **rio Arda**, observa-se uma **forte pressão populacional** ao longo de todo o rio, causando focos de poluição. As ETARs não funcionam bem **e o tratamento dos efluentes não é dos mais eficazes,** apesar do saneamento ter avançado. A poluição traduz-se no quase total desaparecimento de algumas espécies (trutas, bogas, por ex.). Estes problemas têm a ver também, no caso deste rio, com o facto de as pessoas ligarem as águas das redes pluviais à rede de saneamento que, na época de fortes chuvas, acaba por não aguentar. Isto não acontece de forma contínua, mas esporadicamente.

Não podemos esquecer ainda a **poluição originada pela presença humana**, como a causada pelos plásticos, que obriga associações e entidades, como o SOS Paiva, a Urtiarda e o Clube do Paiva a fazer regularmente a limpeza destes dois rios.

Enfim, seria importante permitir, nas atividades de lazer, o **acesso ao rio para todos** e criar infraestruturas adaptadas às pessoas com mobilidade reduzida.

II.2. Conectividade do rio Paiva. O rio tem 119 pequenos açudes que condicionam a reprodução de algumas espécies, nomeadamente a truta;

II.3. Gestão da floresta e os fogos. Nos últimos 9 anos, cerca de 50% da bacia do Paiva ardeu. Este flagelo atingiu também o rio Arda. Em 2019, **o risco de incêndios** continuava muito alto em algumas áreas. Os incêndios modificam a forma como a água escorre para o rio e esta questão está ligada ao controlo da erosão e tem que ser considerada. A **presença de espécies invasoras aumenta** igualmente o risco de incêndios. Por fim, uma questão difícil de resolver: a presença de **grandes áreas de monocultura**, em particular de eucaliptos, que, no entanto, assumem uma grande importância na economia da região. Convém, aliás, não esquecer que 90% da propriedade florestal é privada, não podendo ser tratada como se fosse uma floresta pública. Na bacia do Paiva, 50% da economia local provem da cultura do eucalipto. Sem este rendimento, não haveria possibilidade de fixar a população na região. Este facto tem que ser tido em conta.

II.4. Alterações climáticas. 2020 Foi o ano mais quente de que há memória. Estas alterações acarretam maior riscos de fenómenos extremos (tempestades, secas…) difíceis de combater.

III - IDENTIFICAÇÃO DE SOLUÇÕES

III.1. Gestão da água:

. Risco de cheias. Pode ser minimizado se se introduzirem estruturas verdes ou azuis[3], melhorando a cortina ripícola e se existirem zonas onde o rio possa ocupar o seu leito de cheia ou parte dele.

. Qualidade das águas. Quanto à **ETAR de Castro Daire**, face à falta de vontade política e à inércia das autarquias, seria importante que os outros municípios afetados pelo problema fizessem pressão, exigindo o rápido funcionamento deste equipamento.

Em 2019, foi reforçado o **plano de monitorização da qualidade** entre a Ponte Pedrinha e a praia do Areinho, no entanto, não se sabe o que foi feito e quais foram os resultados.

. Proteção dos rios Todos os intervenientes sublinharam a necessidade de restabelecer a ligação que se perdeu entre o homem e rio, com **ações de sensibilização** envolvendo a população local e os visitantes sobre a importância da água e dos rios e da sua proteção, o que já está a ser feito pelas associações presentes nos rios Paiva e Arda, através de ações de limpeza, recuperação de espécies (a truta, por ex.). Foi ainda proposto estabelecer um **código de conduta** para quem quiser aceder aos rios. O Paiva podia ser assim objeto de um **projeto piloto** potencialmente alargado a todos os rios do pais, tal como se faz em certos países. Para o concretizar é preciso vontade política e coordenação entre as entidades implicadas no ordenamento dos rios.

III.2. Gestão da floresta.

. Papel do Estado e participação pública

Os serviços florestais, que atuavam no terreno e conheciam a realidade local, foram desmantelados depois do 25 de Abril e desde então são os serviços centrais que assumem a gestão da floresta à distância. O facto de haver, para a bacia do Paiva, várias entidades implicadas – ICNF, com 3 PROF (programas Regionais de Ordenamento Florestal): Centro litoral, Entre Douro e Minho e Trás os Montes, APA (Agencia Portuguesa do Ambiente) e, para o financiamento de projetos, as Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional,

[3] As Estruturas verdes e azuis são "espaços verdes como parques, jardins, corredores verdes, hortas urbanas, espaços arborizados e espaços azuis como lagos, lagoas, rios, zonas húmidas, canais de espaços lagunares, pântanos, que têm desempenhado diversas funções e assumido diversos valores para as comunidades ao longo do tempo" in *Infraestruturas azuis e verdes nos planos de ordenamento do município de Aveiro* - Joana Isabel Soares Ferreira

complica a gestão da floresta por **dificuldades de articulação** entre elas, além de uma **burocracia excessiva** por falta de uma definição clara do papel de cada uma. É, portanto, necessário **criar modelos de articulação** que permitam, em particular, uma aplicação conveniente do dinheiro vindo dos fundos europeus. No entanto, juntar à mesa entidades tão diferentes não é fácil e o projeto Alice poderia servir de base a esta reflexão. A ideia de **cogestão** já está a fazer o seu caminho nas áreas protegidas e é por ali que se poderia começar. Indispensável também é **definir o que se entende por cogestão**, a **participação pública** sendo também importante. Porem, como incentivar esta participação do público quando este é essencialmente composto por uma população envelhecida, cada vez em menor número e sem jovens para assumir a sucessão? O Estado tem, portanto, um papel indispensável.

Quanto às autarquias, podem assumir mais competências sobre a gestão da floresta e dos rios, desde que haja financiamento para a sua aplicação, o que nem sempre acontece. No que diz respeito à questão da cogestão, a Câmara de Arouca, a través do seu vice-Presidente, mostrou-se interessada em conhecer melhor o projeto Alice afim de retirar sinergias e encontrar soluções.

. Pagamento dos serviços de ecossistema[4]

Quanto à **questão dos eucaliptos**, o objetivo não é de os suprimir na totalidade, mas de os substituir progressivamente em algumas áreas, com a condição desta substituição ser acompanhada por investimentos para **pagar aos proprietários os serviços de ecossistema**[i]**,** nomeadamente o aumento da biodiversidade e a descarbonização, conjugando isto com as atividades ligadas ao turismo. Por exemplo, em Arouca, uma percentagem do preço do bilhete para acesso aos passadiços podia ser dedicada a este pagamento. Podia seguir-se ainda o **exemplo do Alentejo**: na base do Fundo de Carbono são pagos os serviços de ecossistema aos agricultores que cedam durante 3 anos 1 hectare para pastagens naturais, estando já definida a percentagem de carbono anual que faz este sequestro. A **cortina ripícola** assume também funções fundamentais e este facto tem que ser valorizado. É uma questão transversal que devia ser fomentada ao nível político para que haja **um fundo para pagar estes serviços**. Também, o **mercado de carbono e da biodiversidade podia ser financiado por empresas privadas** ligadas à floresta.

É, portanto, preciso **sensibilizar os proprietários e o público em geral** para estas questões, daí o papel importante das associações de proprietários florestais e das ações de sensibilização

[4] Os serviços de ecossistema ou serviços ambientais traduzem os benefícios que a humanidade retira dos ecossistemas e podem incluir bens materiais e/ou serviços imateriais. https://florestas.pt/saiba-mais/o-que-sao-os-servicos-do-ecossistema/

realizadas atualmente pelas associações ambientais da região. No Vale do Paiva, existem já algumas áreas de ecossistemas certificadas que permitem criar algum rendimento comparativamente à produção de eucaliptos.

. Ao nível local, a Câmara de Arouca tem **dois projetos estratégicos**:

- um **plano de gestão da biodiversidade e dos serviços de ecossistemas.** Visa certificar os serviços dos ecossistemas e biodiversidade, cujos resultados podem ser esperados a médio e longo prazo.

- um **plano de reflorestação e ordenamento florestal.** O projeto consiste em apresentar um exemplo de boas práticas no terreno municipal de Santa Luzia, onde irão ser plantadas 100 000 árvores autóctones para criar uma cortina que possa resistir melhor aos incêndios. Também no monte da Srª da Mó, está a ser desenvolvido um projeto de planeamento florestal para todas as encostas por trás da vila de Arouca, envolvendo não só os terrenos baldios, mas também os privados.

Foi ainda referenciado o programa REACT.UE, que faz parte do plano de recuperação europeu[5], desconhecendo-se se a CMA apresentou candidatura a este fundo.

No final da sessão, os representantes da Inducar informaram sobre o **lançamento do #MovrioDouro**, movimento de cidadania em defesa dos rios da bacia hidrográfica do Douro, que congrega pessoas, membros da comunidade científica, grupos e associações para a defesa dos rios." https://www.facebook.com/MovRioDouro/?fref=mentions

[5] "REACT-EU é o acrónimo de *Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe* (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa). Trata-se de uma iniciativa que dá continuidade e alarga as medidas de resposta a situações de crise e de reparação de crises dadas pela Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e pela Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus+ (CRII+). Esta iniciativa contribuirá para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia. O pacote REACT-EU inclui 55 mil milhões de EUR de fundos adicionais que serão disponibilizados ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) 2014-2020 e ao Fundo Social Europeu (FSE), bem como ao Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas (FEAD). Estes fundos adicionais serão disponibilizados em 2021-2022 a partir do instrumento Next Generation EU e já em 2020, através de uma revisão específica do atual quadro financeiro." In https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/iniciativa-react-eu